

Criança é Sujeito: A representação da infância Sem Terra pelo MST

Monyse Ravenna de Sousa Barros

Na pesquisa de mestrado ora desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História Social, da Universidade Federal do Ceará (UFC), em nível de mestrado nossa pesquisa se propõe a estudar a infância Sem Terra, os Sem Terrinhas, a partir de jornais e revistas produzidos pelo MST e destinados as crianças, perceber, a partir do olhar da história social, com ênfase na história da infância e na história do tempo presente, a representação da criança e o lugar social da mesma no Movimento Sem Terra.

Tecendo os fios desde a história: a caminhada e a luta por direitos e justiça

É o intuito de nossa pesquisa investigar questões em torno do lugar da Infância no Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra, o MST. Pesquisar como nos seus 27 anos de existência os filhos e filhas de famílias que estavam nos acampamentos e assentamentos passaram a constituir (e a representar) uma “infância Sem Terra”, como as *crianças* vão se tornando *Sem Terrinhas* e vão se constituindo com a passar do tempo como sujeitos de direitos.

No Brasil, por mais de três séculos a agricultura baseou-se no regime de trabalho escravo, consoante às diretrizes do modelo colonial e aos interesses metropolitanos. Do trabalho escravo ainda hoje não só restam marcas evidentes nas relações de produção no campo, como é fato a existência comprovada de trabalho escravo em nossos dias. Como atesta o vasto e criterioso levantamento realizado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) em seus sucessivos Relatórios sobre o mapa da violência no campo, evidenciando muitas e graves situações de trabalho compulsório, escravidão por dívidas, cárcere privado, condições sub-humanas de trabalho, recrutamento ilegal, confinamento, insalubridade no local de trabalho, inexistência de vínculos formais na relação de trabalho, descumprindo e burlando amplamente a norma jurídica trabalhista e os acordos e convenções firmados em fóruns específicos como a OIT-Organização Internacional do Trabalho.

È de se considerar o contexto de crescente urbanização no Brasil, nas últimas décadas do século XX, alargando o já dramático quadro de exclusão social, para explicar as razões objetivas de organização do MST. São camponeses buscando formas não convencionais de enfrentamento, através de acampamentos, marchas urbanas, ocupação de órgãos públicos, enfim, provocando um olhar sobre a vida política e social do país e, em especial, para o problema da terra e a urgência da Reforma Agrária.

Desde sua formação o MST se reivindica herdeiro da tradição das lutas camponesas no Brasil, tecendo os fios desde a história de Canudos, do Contestado, das Ligas Camponesas entre outros, num esforço de conectar sua própria caminhada à história continuada de luta por direitos e justiça no Brasil. Na dimensão simbólica de sua existência enquanto movimento social, alguns estudos recuperam seu conteúdo de ruptura da lógica da dominação e sua qualidade de anunciar o tempo novo, como profetas do tempo presente:

“Movimentos são um sinal, eles não são meramente o resultado de uma crise. Eles assinalam uma profunda transformação na lógica e no processo que guiam as sociedades complexas. Como os profetas, eles falam antes: eles anunciam o que está tomando forma mesmo antes de sua direção e conteúdos tornarem-se claros. Os movimentos contemporâneos são os profetas do presente”.¹

É sabido que as diferentes expressões de poder, do capital ou do Estado, não concedem benefícios aos pobres ou desprovidos da possibilidade de desfrutar de condições adequadas para realização plena dos direitos humanos. Para tanto, na história são muitas as demonstrações de luta, revelando as distintas formas de articulação, consciência social e resistência política. É neste quadro de auto-percepção dessas condições que os movimentos sociais se organizam, ampliam suas formas de luta e ressignificam historicamente um vocabulário da luta social.

Em sua trajetória, o MST se auto-avalia como agente social organizador da luta por reforma agrária, mas também como formulador de um projeto de educação pública nos

¹ MELUCCI IN GOHN, Maria da Glória. Mídia, Terceiro Setor e MST: impactos sobre o futuro das cidades e do campo. Petrópolis: Vozes, 2000.

assentamentos e acampamentos, formando professores, jovens e crianças. Atuação permanente no sentido de romper as “cercas da ignorância”. Hoje o Movimento Sem Terra é o mais antigo Movimento Social camponês a sobreviver como afirmado na Cartilha *Os Vinte e Cinco anos*:

“Nestes 25 anos, orgulhamo-nos de muito do que fizemos. De termos libertado a terra para 350 mil famílias que hoje estão assentadas e produzindo. De construirmos 96 agroindústrias e organizado mais de 450 cooperativas e associações. Orgulhamo-nos de derrubar as cercas do latifúndio, mas também as cercas da ignorância. E de hoje, conquistamos mais de duas mil escolas públicas nos acampamentos e assentamentos, garantindo o acesso a educação para mais de 160 mil crianças e adolescentes Sem Terra. Também formamos mais de quatro mil professores. Nos últimos anos, temos dedicado um esforço especial na alfabetização de jovens e adultos, alfabetizando mais de 50 mil pessoas neste último período. E nos orgulhamos ainda mais que em nossos assentamentos, nenhuma criança passa fome.”²

Esses princípios compoem uma vasta e articulada agenda de luta social vão se forjando partir do conteúdo das lutas travadas ao longo dos últimos vinte e cinco anos de atuação pela Reforma Agrária e organizando os pobres do campo, espoliados pelo capitalismo de rosto feroz e, muitas vezes, pela “falsa democracia” que reina no país

Alargando o mapa da luta social dos despossuídos da terra, o MST desenvolve novas formas de atuação enquanto sujeito coletivo de direitos, intentando ampliar o raio de disputa de projeto social, como se observa no estudo de Maria da Glória Gohn, destacando os conteúdos programáticos do MST, em especial sua intencionalidade em desvelar os níveis de desigualdade sócio-econômicas no Brasil decorrentes do conflito e da luta de classes, em seus distintos projetos:

“O MST atua no conjunto da sociedade brasileira como um sujeito histórico coletivo que desvela as desigualdades sociais e revela o conflito existente entre as classes sociais, dominantes e dominadas do país. À medida que ele enfrenta e afronta as normas e os padrões estabelecidos, produz enfrentamentos, faz agenciamentos das demandas dos excluídos. O movimento também carrega a possibilidade de promover rupturas nas políticas e articulações que estruturam a dominação no país.”³

² MST. *Os vinte e cinco anos*. São Paulo, 2009.

³ GOHN, Maria da Glória. *Mídia, Terceiro Setor e MST: impactos sobre o futuro das cidades e do campo*. Petrópolis: Vozes, 2000.

Em linhas gerais, a atuação do MST se pauta por uma concepção de avanço da luta pela reforma agrária articulada a alguns elementos chave: organização dos trabalhadores sem terra na forma de movimento social de massas, amplo, desburocratizado; ampliação de sua base social a partir da luta concreta e de reivindicações de consenso nos coletivos orgânicos; autonomia em relação ao estado, às igrejas e aos partidos políticos; potencialização das áreas conquistadas, os assentamentos, como lugar de construção de novas práticas sócio-culturais e de acúmulo organizativo; compreensão do novo quadro de economia mundializada e das restrições na pauta da reforma agrária, entendida como um processo de mudança social, para além da conquista da terra e, agora, profundamente articulada às lutas continentais e agendas articuladas à soberania alimentar, defesa do meio ambiente, acesso à educação, preservação da memória e cultura camponesas, entre outros tópicos.

De Crianças à Sem Terrinhas – a pesquisa em andamento

É o intuito da pesquisa ora desenvolvida se debruçar nas reflexões sobre o lugar da Infância no MST. Pesquisar como em seus 26 anos de existência os filhos e filhas de famílias que estavam nos acampamentos e assentamentos passaram e constituir (e representar) uma “infância Sem Terra”, como as *crianças* vão se tornando *Sem Terrinhas* e vão se constituindo com a passar do tempo como sujeitos de direitos.

Desde o início de sua formação, o MST manifesta a centralidade do papel da educação e formação das crianças, porém nos perguntamos se isso acontece somente com vistas a preparação de novas lideranças ou como preocupação com a formação humana em geral. Uma observação cuidadosa à vida das crianças nos acampamentos e assentamentos, aponta no sentido de uma compreensão dos Sem Terrinha como sujeitos de direitos, pela comunidade. As crianças sem terra participam das lutas, caminhadas, marchas, ocupações, e apresentam também suas próprias reivindicações, principalmente no campo da educação. É o que vem se observando, nesta pesquisa, ao examinar os relatos de mobilizações e encontros dos Sem Terrinha, principalmente no mês de outubro, quando é atualizado de modo específico e atribuído novo significado às comemorações ao dia da criança.

Em relação à educação e formação para a infância sem terra, um dos conteúdos de destaque são os ensinamentos voltados ao cultivo da história e memória da luta social, bem como o fortalecimento da simbologia da luta nos processos comunicativo-formadores construídos no MST. Segundo Roseli Caldart⁴ os sem-terra se constituem como sujeitos sociais à medida que se percebem como uma coletividade que traz para si a luta para garantir sua própria existência social como trabalhadores da terra, enfrentando aqueles que em nossa sociedade, estão destruindo a possibilidade dessa existência. A ocupação da terra, o acampamento, a organização do assentamento, o ser do MST e a conquista da escola do campo são vivências socioculturais possíveis de identificação como geradoras no processo de formação do sem-terra do MST, sejam adultos ou crianças.

Eles se definem e criam sua identidade por uma ausência: Ser Sem Terra. Criam também símbolos e emblemas que conformam e atualizam esta identidade, materializados nos elementos da vida cotidiana, como visto nos bonés, nas bandeiras vermelhas, nos cartazes, nas nomeações de acampamentos e assentamentos, nos hinos, entre outros elementos de possível construção e fortalecimento de uma identidade individual e coletiva.

Sabendo que os pequenos participam junto com os adultos dos momentos da luta pela terra, desde as mobilizações, ocupações, marchas, acampamentos e sabendo também que para o MST uma escola em um assentamento se constitui como uma grande conquista, é nesse contexto que as *crianças* vão se tornando *Sem Terrinha*.

Vão se tornando Sem Terrinha na escola, mas também na rotina de luta que se constitui para as famílias Sem Terra desde o acampamento. As canções, as histórias, as primeiras leituras de cartilhas específicas, a observação e participação na encenação da mística tudo isso pode contribuir para que as crianças do MST afirmem como identidade social e política, o ser um Sem Terrinha.

No início duas necessidades deram origem às primeiras experiências que criaram as condições de um olhar específico às crianças. A vida nos assentamentos requerendo uma participação das mulheres na produção, na organização das cooperativas e

⁴ CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. Expressão Popular, São Paulo, 2004.

associações, no trabalho coletivo, e nos diversos setores do MST, põe em debate o cuidado com as crianças, como devendo não ser uma obrigação da mulher/mãe mas, assumida no coletivo. De modo semelhante, a participação das mulheres na dinâmica da militância, na participação nos cursos e encontros de formação, nas reuniões e nas lutas, levando-a para longe de casa e dos filhos impulsiona também o debate sobre as relações de gênero e a persistência de assimetrias e modelos replicados de um sistema de dominação também como problema de gênero. Estas situações e contextos em modificação, a emergência de novos debates setoriais no Movimento, contribuem também para se pensar o lugar da infância sem terra. Alguns deles se constroem no concreto da vida militante, como espaços coletivos específicos à vivência das crianças sem terra. Como exemplo, a Ciranda Infantil, as Escolas Itinerantes, entre outros. Dito de outro modo, a Ciranda não pode ser vista apenas como um direito dos adultos que participam do MST, mas principalmente como um direito das crianças que também são sujeitos construtores do movimento.

Quando dizemos projeto de educação do MST, estamos nos referindo a combinação entre a luta pelo acesso à escolarização e o processo de construção de uma pedagogia adequada aos desafios da realidade específica do campo. Tal projeto busca refletir sobre uma escola pública como são todas as escolas que existem nos assentamentos e acampamentos, que assume o vínculo com a luta, a organização e a pedagogia do Movimento.

Os instrumentos de comunicação, fontes para esta pesquisa, são material primordial para a análise construção da imagem da criança camponesa e Sem Terra.

O primeiro instrumento de comunicação próprio do MST foi o Jornal Sem Terra (JST) que surgiu antes mesmo da fundação do Movimento. Surgiu como boletim mimeografado, em 1981, em Porto Alegre, como expressão de solidariedade e no intuito de propagar/ampliar o conteúdo social da luta dos acampados na Encruzilhada Natalino (RS). O Jornal circula desde 1984, com tiragem de 20 mil exemplares e periodicidade bimestral. Segundo a publicação do MST, *Construindo o Caminho*,⁵ o jornal atuou como organizador do próprio movimento e se construiu na qualidade de instrumento de

⁵ MST. *Construindo o Caminho Numa Escola de Acampamento do MST*. 2000. (Coleção Fazendo escola).

formação e informação internos ao Movimento e tecendo elos junto à sociedade, ampliando assim os prováveis aliados na luta por Reforma Agrária, como luta de toda a sociedade.

Cacia Cortez, dirigente do MST, afirma sobre a comunicação no Movimento que *“Os principais aspectos são o caráter informativo da produção comunicativa e a comunicação no sentido de formar consciência, de construir novas interpretações”*. Nesse sentido, a comunicação construída internamente à trajetória do MST, combina o duplo objetivo de transmitir informações e de atuar como agente formador de sua base social.

Outro aspecto que chama atenção na constituição da política de comunicação do Movimento Sem Terra é, de o mesmo possuir argumentos comunicativos voltados para a infância Sem Terra, aquela presente nas ocupações e também nos assentamentos. Para as crianças são criados e direcionados diversos suportes comunicacionais, entre eles Jornal, Revista, Vídeos, Livros e Canções.

Considero importante relativizar a concepção de criança com a qual trabalhamos neste pesquisa. A infância, como o “outro”, diferente do adulto, é resultado de uma produção histórica e cultural e significa uma “virada” no modo de ver a criança e as instituições educacionais. O conceito de infância como um outro, diferente da fase adulta da vida, surge na modernidade, conforme Philippe Ariès.

A infância é, segundo tais concepções, uma produção social e histórica e não simplesmente uma etapa da vida de um ser biológico, não como fase naturalizada de um processo de crescimento, que passa à adolescência e, depois, à vida adulta. Segundo Ariès:

“O sentimento da infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue a criança do adulto mesmo jovem.”⁶

⁶ ARIÈS, P. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Guanabara, 1978

Vale ressaltar que a obra do citado historiador é precursora de um campo de estudos, hoje afirmado como História Social da Infância. A constituição desse novo conceito de infância está na transição dos séculos XVII para o XVIII, quando então é definida como um período de ingenuidade e fragilidade do ser humano, que deve receber todos os incentivos possíveis para sua felicidade.

Ainda falando sobre o conceito de infância trazido por Ariés, Martín-Barbero afirma:

“Como se deduz dos estudos de Ariés, a infância só vai emergir como um “mundo a parte” no século XVII, quando o declínio da mortalidade infantil, graças à difusão das práticas de higiene, se conecta com o novo método de aprendizagem através dos livros que substitui a aprendizagem por meio das práticas.”⁷

Mary del Priori⁸ questiona algumas teses de Ariés, para o caso do Brasil, como por exemplo, a valorização da criança, a escolarização e a emergência da vida privada durante o tardio processo de industrialização brasileiro e as concepções transpostas da Europa burguesa, urbana e iluminista. A autora chama a atenção para a necessidade de estudos sobre a criança brasileira, pois: *“diferentemente de europeus e americanos, cujas culturas produziram, desde épocas mais remotas, imagens, objetos e representações que nos contam sobre a infância no Brasil, temos que estar alertas a outro tipo de fontes...”*. Aponta para possibilidades de pesquisas sobre a infância: *“o cuidado com o corpo, alimentação, brinquedos, as formas de religiosidade, os laços familiares...”*.

O estudo das fontes – o Jornal Sem Terrinha

Inicialmente a luta pelo direito à Educação foi o que fez o MST começar a pensar no lugar social das crianças. Paralelo a isto, seus instrumentos pedagógicos e de comunicação do vão mostrando-se, desde os anos 1980, como foi sendo formada a imagem da Criança Sem Terra. Jornais, Revistas Cartilhas, Canções, a construção da

⁷ MARTÍN-BARBERO, Jesús. La Educación desde la Comunicación, Buenos Aires, Grupo Editorial Norma, 2002. SIERRA, Francisco. Introducción a la teoría de la comunicación educativa, Sevilla Edutorial, MAD, 2000

⁸ PRIORE, Mary Del.(org) *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999.

Ciranda Infantil como espaço de vivências onde o ser criança Sem Terra experimenta os conteúdos pedagógicos pautados em valores, princípios, convicções forjados ao longo da trajetória de um movimento social de luta pela terra. Ou como informa um dos Cadernos de Educação sobre a Ciranda Infantil, produzidos pelo MST:

“São as vivências que vão se materializando em valores, princípios, convicções acerca da educação e do ser criança, sujeito de direito, que tem um vínculo político pedagógico com um movimento social do campo, buscando viver e transformar a pedagogia do movimento”

A preocupação do Movimento Sem Terra com suas crianças não é recente, aparece em documentos e publicações já há alguns anos, ligadas principalmente as questões educacionais, um levantamento desses documentos será realizado no decorrer da pesquisa. Aqui fazemos referência há alguns desses documentos já levantados e a disposição. Nos registros do V Congresso Nacional do MST, realizado em 2007, encontramos essa preocupação expressa de uma forma mais contundente, como a reproduzida abaixo:

“Precisamos avançar em organizar o lugar da infância no MST, pensá-las como sujeitos de direito, como vivem nos assentamentos, como estudam e como a comunidade vai assumir o processo de formação dos Sem Terrinha. Através da educação, nas cirandas e nas escolas, acontece a formação destes pequenos: é o que fará desde cedo à consciência de pertença a organização da classe trabalhadora. O futuro do MST depende do que fazemos hoje com nossas crianças.”⁹

A Ciranda Infantil, referida no trecho citado, é um espaço educativo de vivência, da experiência de ser criança Sem Terrinha, de brincar, jogar, cantar, cultivar a mística, de cultivar como aprendizado o sentimento de pertença ao MST, de perceber os valores como lastro de sua formação. As múltiplas dimensões do ser social, combinados aos valores que se quer afirmar como conteúdo da luta social estão presentes nessa elaboração:

“A Ciranda Infantil é um espaço educativo, organizado com o objetivo de trabalhar as várias dimensões do ser criança Sem Terrinha como sujeito de direitos, com valores, imaginação, fantasia e personalidade em formação, vinculando as vivências com a criatividade, as relações de gênero, a cooperação, a criticidade, a autonomia, o trabalho educativo, a saúde e a luta pela dignidade de concretizar a conquista da terra, a reforma agrária, as mudanças sociais”

⁹ MST. Orientações práticas e a história dos Congressos do MST. Brasília, 2007.

No material utilizado pelos educadores e educadoras nas escolas de acampamentos e assentamentos e nas Cirandas Infantis, encontra-se a produção do setor de comunicação do Movimento, com ênfase na utilização do Jornal Sem Terrinha, seja na leitura de pequenos textos ou poemas, na atividade de colorir o jornal e na produção de conteúdos para o jornal.¹⁰. Entendemos aqui o Jornal Sem Terrinha como uma das principais fontes desta pesquisa.

Capas, ilustrações, editoriais, fotografias e notícias veiculadas no JSTerrinha serão analisados. A análise dos textos veiculados em instrumentos de comunicação serão analisados enquanto fontes na pesquisa, porém, nos atentaremos sempre ao que afirma Robert Darton *“Notícias não são o que aconteceu, mas uma história sobre o que aconteceu”*¹¹.

O Jornal das crianças Sem Terra é um encarte do Jornal Sem Terra. Inicia a circulação em outubro de 2007, após o final do 5º Congresso Nacional do MST, integrado à experiência da Escola Itinerante Paulo Freire, que contribuiu para a criação do Jornal. Segundo a Cartilha do 5º Congresso do MST *“O JSTerrinha é colocado pelo Movimento como uma ferramenta das crianças, para que elas dialoguem e construam nos espaços educativos a cultura da leitura de Jornal”*.¹²

Segundo a Cartilha citada, o jornal contribui também para fortalecer o trabalho com as crianças nos Acampamentos e Assentamentos, potencializar as escolas, ser um espaço de diálogo com a comunidade, valorizar a criatividade, a arte e a produção das crianças articulando uma linguagem representativa do modo organizativo do MST, em consonância com seu ideário e, atendendo as formulações de seu projeto educativo e pedagógico .

Os meios de comunicação do MST voltados para a infância, entre eles, o Jornal Sem Terrinha, guardam relação com os pressupostos de uma Pedagogia de libertação,

¹⁰ Afirmação baseada em observação feita em dois acampamentos e dois assentamentos no período de julho a dezembro de 2010, no estado do Ceará.

¹¹ Darnton, Robert; A Questão dos Livros: passado, presente e futuro. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

¹² MST. A Escola Itinerante Paulo Freire no 5º Congresso do MST. Coleção Fazendo escola, Nº 4. São Paulo, 2009.

como no pensamento de Paulo Freire. Problematizar os instrumentos dessa pedagogia é um dos intuitos da pesquisa.

A intencionalidade política do Jornal é expressa claramente em seu primeiro editorial. O periódico é apresentado como um fruto e instrumento da luta ao mesmo tempo. A ênfase política parece compor uma intenção pedagógica. Uma pedagogia da luta na escrita do JSTerrinha, apresentado como um instrumento do aprendizado da contestação para as crianças, como observamos no trecho:

“O nosso Jornal nasceu para ser vivo em nossas vidas daqui pra frente. Nasceu como fruto da nossa própria luta de crianças Sem Terrinha. Ele vem nos ajudar a aprender brincando, a conhecer o mundo que existe além da nossa sala de aula ou da nossa casa, e acima de tudo, nos motiva a continuar na luta, sendo crianças.”

No conjunto do JSTerrinha é construída a representação de uma criança-sujeito. Essa é a idéia motriz de toda a produção do jornal, porém a projeção da criança como futuro também é encontrada em alguns momentos como nesse trecho do Editorial:

“Também seria muito bom que quando os adultos poluem ou destroem as matas ou matam os animais silvestres lembrassem que somos crianças e que gostaríamos de encontrar um mundo melhor quando crescermos.”¹³

Outra característica que permeia o periódico é a presença da mística na construção do MST. Símbolos, canções, palavras de ordem, a cor vermelha são elementos presentes. A mística é um sentimento que move as pessoas a seguirem lutando junto ao Movimento Sem Terra, ainda que em meio às adversas condições materiais, ao sofrimento embaixo da lona preta do acampamento e após longos dias em marchas. É uma materialização da esperança da conquista de um futuro com mais igualdade entre o povo que vive do seu trabalho e conquista seus direitos, historicamente usurpados. No MST desde cedo as crianças aprendem, através do convívio, o que significa a mística e a reproduzem por meio das brincadeiras e na participação em momentos de criações culturais. E no JSTerrinha a mística aparece

¹³ Jornal das crianças Sem Terrinhas. Ano I – nº – out 06 outubro de 2008. Pág. 1.

fortemente como uma forma de se trabalhar a pertença das crianças à luta pela terra e a seu Movimento.

O Jornal Sem Terrinha é uma das principais fontes para a pesquisa, pois é um periódico que possui uma ampla circulação, já que o mesmo circula junto com o Jornal Sem Terra. Diversas outras fontes, primordialmente as impressas se incorporarão ao corpus analítico da pesquisa agora em andamento enriquecendo a problematização e a investigação sobre a infância Sem Terra.

Fontes:

Jornal Sem Terra, todas as edições de 1984 a 2010 – disponíveis no acervo do Cedem – Unesp.

Jornal Sem Terrinha – caderno do Jornal Sem Terra, todas as edições de 2007 a 2010 – disponíveis no acervo do Cedem – Unesp.

Revista Sem Terra, todas as edições de 1996 a 2010 – disponíveis no acervo do Cem – Unesp.

Revista Sem Terrinha – Os dois números já publicados em 2010 – acervo pessoal.

PELOSO, Ranulfo. A força que anima os militantes. São Paulo: MST, 1994.

CAMINI, Isabela, (coordenadora). Estória de Rosa. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

MST. A Escola Itinerante Paulo Freire no 5º Congresso do MST. Coleção Fazendo escola, Nº 4. São Paulo, 2009.

MST. Caderno de Educação número 12, Educação infantil – movimento da vida, dança do aprender. 2004

MST. Cartilha Construindo o Caminho. Brasília, 2001.

MST. Crianças em movimento. As mobilizações infantis do MST. Coleção fazendo escola, 2. São Paulo: MST, 1999.

MST. Escola itinerante em acampamentos do MST. Coleção fazendo escola 1. São Paulo: MST, 1998.

MST. Informativo Especial 25 anos – Produção do Setor de Comunicação, Juventude e Cultura do MST – CE, 2009.

MST. O que queremos com as escolas do MST. Cadernos de formação. São Paulo: MST, 1991.

MST. Orientações práticas e a história dos Congressos do MST. Brasília, 2007.

MST. Princípios da educação no MST. Cadernos de educação. São Paulo: MST, 1996.

CD Cantares da Educação no Campo – acervo pessoal.

Documentos do Setores de Educação, Comunicação e Cultura – disponíveis na página www.mst.org.br

Entrevistas com educadores e militantes dos Setores de Educação, Comunicação e Cultura do Assentamento Zumbi dos Palmares, na cidade de Aracati.

Material dos Encontros Estaduais dos Sem Terrinha de 2003 a 2010 – disponíveis no arquivo do Centro de Formação Frei Humberto.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Manuel Correia de. *A Terra e o Homem no Nordeste*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1964.

AMADO, Janaína (orgs.). *Usos & abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996 (103-130)

ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1978

BARREIRA, Cesar. “História dos Movimentos de Organização Popular no Nordeste e no Ceará”. In: *Cadernos Pastorais*. nº 26, 1984. CNBB – Secretaria Regional Nordeste I.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O menino que lia o mundo*. São Paulo: ANCA, 5ª edição 2003.

CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. São Paulo: Expressão Popular: 2004.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Contexto / EDUSP, 1994.

DARTON, Robert; *A Questão dos Livros: passado, presente e futuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

FERREIRA, Maria Nazareth. *O Impasse da comunicação sindical: de processo interativo a transmissora de mensagens*. São Paulo: Cebela, 1995.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1998.

GOHN, Maria da Glória. *Mídia, Terceiro Setor e MST: impactos sobre o futuro das cidades e do campo*. Petrópolis: Vozes, 2000.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos *et alli* (orgs.). *Questões de Teoria e Metodologia da História*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

HOBBSAWM, Eric e RUDÉ, George. *Capitão Swing. A expansão capitalista e as revoltas rurais na Inglaterra do início do século XIX*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos. O breve século XX*. São Paulo: Cia das letras, 1995.

HOBBSAWM, Eric. *Mundos do trabalho. Novos estudos sobre a história operária*. São Paulo: Paz e Terra: 1988.

- HOBSBAWM, Eric. Sobre história. São Paulo: Cia das letras, 1988.
- MARIA, Noemi Antonio. WESCHENFELDER, Noeli Valentina. A Pedagogia cultural do Movimento Sem Terra com Relação à infância. UNIJUÍ / UFRGS.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. La Educación desde la Comunicación, Buenos Aires, Grupo Editorial Norma, 2002. SIERRA, Francisco. Intruducción a la teoria de la comunicación educativa, Sevilla Edutorial, MAD, 2000
- MARTINS, José de Souza (coord.). O massacre dos inocentes. A criança sem infância no Brasil. São Paulo:Hucitec, 1991.
- MEDEIROS, Leonilde S. *História dos Movimentos Sociais no Campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989
- MENDONÇA Maria Luísa Martins de. A Política de comunicação como fator de organização e mobilização dos movimentos sociais e populares. In *Mídia e Diversidade Cultural: experiências e reflexões*, Brasília, Casa das Musas, 2009.
- PEREIRA, Simone Silva. A formação: um passo na construção da identidade dos Sem Terrinha. Veranópolis: Escola Josué de Castro, 1999. Monografia.
- PERUZZO Cicillia M. Kroling. *Movimentos sociais, cidadania e o direito à comunicação comunitária nas políticas públicas* –in *Comunicação para a Cidadania: Caminhos e impasses* – Bruno Fuser (org.)RJ, E-Pappers, 2008.
- PRIORE, Mary Del.(org) *História das crianças no Brasil*.São Paulo: Contexto,1999.
- PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes.
- RUDÉ, George. Ideologia e protesto popular. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982.
- SCHIMIDT, Maria Auxiliadora. *A concepção moderna de infância e os modos de ensinar história in* Em Tempo: história, memória, educação. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.
- SCOTT, James C.. Formas cotidianas de resistência camponesa. *Raízes*, vol. 21, n. 01, jan-jun. 2002.
- SILVA, MARY CARDOSO DA. *O Jornal Sem Terrinha como um projeto político pedagógico de formação da criança do MST*. Monografia. Belo Horizonte. UFMG, 2010
- SOUZA, Enilce Lima Cavalcante de. Campo e Palavras: Dimensões da questão agrária no Ceará, 1954-1964. Universidade Federal do Ceará: Dissertação de Mestrado, 2005.
- STÉDILE, João Pedro (org). História e natureza das Ligas Camponesas. São Paulo. Expressão Popular, 2002.
- TIERRA, Pedro. “Reforma Agrária: o projeto militar e o projeto popular”. In: *Cadernos de Estudo CPT – Ce. nº 10 – 1984*.
- THOMPSON, E. Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia das letras, 1999.
- THOMPSON, Edward. A formação da classe operária inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.